

76/2020

aprovado em reunião

de  
12 MAIO 2020

## REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte Declaração política:

“O Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António é um plano de primeira geração, o 8º a ser aprovado em todo o País e por unanimidade de todas as forças políticas locais.

Na sua génese, esteve um profundo debate, a participação da população, as consultas a diversas entidades públicas e privadas, a participação de uma equipa técnica altamente especializada, contratada por concurso público.

Nele foi tida em atenção a especificidade do nosso território e apresenta propostas e soluções para o futuro, muitas delas se fossem cumpridas nos dias de hoje, certamente arrancariam o concelho do marasmo económico em que se encontra, motivado pela alteração posterior que sofreu, para se apostar na monocultura do turismo e da atividade comercial.

O plano, elaborado em finais da década de 80 pelos eleitos da CDU, foi publicado pela Portaria 374/92 de 16 de maio de 1992 — após uma espera não explicada pelas presidências do PS.

De acordo com as próprias medidas legislativas, naturalmente que necessitava de alteração. As primeiras medidas para a respetiva revisão datam do ano de 1998, novos mandatos do PS, sem que tal revisão se tivesse cumprido. Foram retomadas já com o PSD na presidência da câmara municipal, em Março do ano de 2006 e com o objetivo de o adequar às medidas legislativas (as quais conferiam a possibilidade de prorrogar o prazo

de revisão uma única vez), tendo o PSD proposto que esse prazo de prorrogação fosse de 18 meses para a conclusão dos trabalhos.

O prazo acabou e nada feito. Em dezembro de 2017, o PSD faz aprovar um novo prazo de 18 meses. O novo prazo acabou e nada feito.

Depois de mais duas prorrogações de um prazo, o que se passou? Segundo a própria presidência da câmara municipal, e sem descaramento *“até ao momento e ao contrário do previsto pela Deliberação da prorrogação do prazo de elaboração, o processo de revisão não teve o amadurecimento desejado pelo Município, constatando-se aliás que os trabalhos estão feridos de profundas e estruturais insuficiências e fragilidades técnicas, materiais e documentais, e jurídicas.”*, constatação feita pela CCDR/Algarve, *“não estando reunidas as condições mínimas que deixem vislumbrar a possibilidade da sua aprovação”*. E por esta grave, indesculpável e dispendiosa incompetência, à qual o PSD terá de responder nas urnas aos vila-realenses, o processo ficou caduco.

Ora sendo assim, o PDM que se encontra em vigor atualmente é o aprovado há 28 anos, com as emendas que lhe são impostas pela legislação nacional posterior que se aplica ao PDM, um emaranhado jurídico, onde os escritórios de advogados encontram terreno fértil para ziguezaguear à vontade da cliente. Ou seja, uma terra de ninguém.

O PSD reconhece isso mesmo na proposta que agora apresenta para retomar a revisão do PDM ao afirmar que o PDM está ferido de *“acentuadas fragilidades técnicas, materiais e documentais e jurídicas e descontextualizado no tempo e no espaço do ponto de vista territorial, ambiental, social, económico e político e outros desalinhamentos em relação aos Planos Regionais de Ordenamento, a diversos níveis”*.

Ou seja, por desleixo, incúria, incompetência e ajustamento do planeamento à vontade do freguês, as câmaras municipais subsequentes à aprovação do PDM, não quiseram seguir a respetiva estratégia que propunha o desenvolvimento da agricultura, em especial na freguesia de Vila Nova de Cacela, os apoios à atividade industrial e reforço e diversificação do comércio e seguiram em frente sem estratégia global.

E, quando se esperava que, face ao quadro atual, fosse aplicadas medidas para colmatar a grave situação que descreve a análise dos erros próprios cometidos no passado, eis que, em vez de uma aceleração do processo, se propões um relaxamento do mesmo, onde o concelho continua sem estratégia definida e, ainda, que o debate público se limite a quinze dias, sem consultas às entidades e à população das três freguesias que, em nosso entender, têm o direito de se pronunciar, já que o período de participação preventiva é devido aos cidadãos que, de outra forma, não podem participar.

Esta pressa de quinze dias, para cumprir durante a pandemia em que as populações estão confinadas e com a preocupação superior mais da defesa da sua própria sobrevivência ao surto infeccioso, é totalmente imoral, indefensável e só própria e definidora de quem caminha a passos largos para o autoritarismo, se é que já lá não está.

Terminado esse período de quinze dias de impossível discussão pública, a câmara propões mais 24 meses para elaborar nova proposta, acrescidos de mais 24, se o entender necessário.

Estas medidas identificam uma política muito clara. Navegar nas prioridades do concelho à medida das conveniências políticas do PSD, em matéria de planeamento e desenvolvimento, utilizando a medida casuística. Pode ser muito útil para os interesses do PSD, mas não o é para o futuro do concelho que tem de escolher se manda esta gente embora ou aceita que tanto futuro, já adiado, continue a ser alvo de tamanho desperdício.



Votaremos contra, se as medidas de planeamento propostas na atual sessão da Câmara Municipal não forem retomadas para depois do fim da ameaça pandémica, estudados prazos mais curtos e convocadas as forças sociais e económicas do concelho para a participação em matéria de revisão do atual Plano Diretor Municipal.”

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Manuel Pôla Alturas e Nuno Baptista e o voto contra do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, documento que constitui parte integrante da ata, no sentido de ser:

- A. Dar prosseguimento à revisão do PDMVRSa, nos termos do consagrado no n.º 1 e 2 do artigo 76.º do RJIGT, fixando em simultâneo 15 dias úteis de período de participação preventiva, tal como previsto no n.º 1 do artigo 76.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 88.º, e estabelecendo o prazo de 24 meses para a elaboração do plano, prorrogáveis por uma única vez por um período máximo igual ao previamente definido, de acordo com o consagrado nos n.ºs 6 e 7 do artigo 76.º;
- B. A deliberação da Câmara deverá ser publicada na 2.ª série do Diário da República, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT e divulgada através da Comunicação Social, num jornal de expansão local e outro de expansão nacional, em edital e no sítio da Internet da Câmara Municipal (cf. n.º 1 e 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), e ainda disponibilizada na plataforma colaborativa de gestão territorial a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 190.º, em articulação com o n.º 4 do mesmo artigo;
- C. Com oportunidade a deliberação deverá ser adendada com o relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 21.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro;

- D. Aprovar o modelo para o edital de início da participação pública prévia do início da revisão do PDMVRSA;
- E. Comunicar à CCDR Algarve o teor da deliberação da Câmara Municipal, segundo o artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, solicitando em simultâneo o agendamento de reunião preparatória;
- F. Atentos ao consagrado no n.º 7 do artigo 89.º do RJIGT, a reunião da Câmara Municipal que respeite à elaboração de um plano municipal deve ser obrigatoriamente pública.



VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

2

Aprovado em reunião

de 12 MAIO 2020

N.º Propostas/2020/72

### ASSUNTO:

Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António

### CONSIDERANDO QUE:

1. Como é do conhecimento Superior, encontra-se formalmente a decorrer a revisão do **Plano Diretor Municipal de Vila Real de S.º António (PDMVRSa)** de primeira geração (elaborado ao abrigo do DL n.º 69/90, de 2 de março), publicado pela Portaria n.º 374/92, de 16 de maio, no Diário da República n.º 90, I.ª Série – B, (reportando-se em particular ao quadro jurídico então imposto pela (nova) 1) Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (**LBPPSOTU**, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e pelo 2) Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (**RJIGT**, DL n.º 80/2015, de 14 de maio), e eficaz ao momento. O processo foi iniciado com a Deliberação da Câmara Municipal de 21/10/1998, e retomado na sequência da Deliberação da Câmara Municipal de 07 de março do ano de 2006, publicada pelo Aviso n.º 2374/2006-AP, de 26 de julho (DR n.º 143, Série II);
2. Sem conclusão no ano de 2015, a Câmara Municipal deliberou, em 17 de dezembro desse ano, e cuja publicação ocorreu com o Aviso n.º 985/2016, de 28 de janeiro (DR n.º 19, Série II), “adequar o plano às alterações legislativas” (que confere a possibilidade da prorrogação dos prazos da elaboração do PDM por uma única vez), e fixou, em simultâneo, 18 meses para a conclusão dos trabalhos. Percorrido esse período, sem sucesso, a Câmara Municipal deliberou, a 19 de dezembro do ano de 2017, nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT prorrogar o prazo da elaboração por mais 18 meses. Esta deliberação foi publicada através do Aviso n.º 1348/2018, de 29 de janeiro;
3. Contudo, até ao momento, ao contrário do previsto pela Deliberação da prorrogação do prazo da elaboração, o processo da revisão não teve o amadurecimento desejado pelo Município, constatando-se aliás que os trabalhos estão feridos de **profundas e estruturais insuficiências e fragilidades técnicas**, materiais e documentais, e jurídicas. Da “Nota Técnica” elaborada pela competente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (trata-se no essencial de um parecer da CCDR Algarve elaborado com data de 29 de fevereiro de 2019, no âmbito do acompanhamento da revisão do PDMVRSa solicitado pela Câmara Municipal em 08/01/2019, com registo de entrada naquela entidade com a ref.ª E00173-201901-



## Proposta

PRE),efetuada em sede de acompanhamento, transparece igualmente esta condição dos trabalhos. Estes estão, pois, longe de reunirem as condições mínimas que deixem vislumbrar a possibilidade da sua aprovação. Ademais, o procedimento da elaboração está caduco, pois que, de acordo com o que consagrado no n.º 7 do artigo 76.º do RJIGT, “o não cumprimento dos prazos estabelecidos [para concluir o processo de revisão] determina a caducidade do procedimento”;

4. Deste modo, mantém-se em eficácia um PDM com acentuadas fragilidades técnicas, materiais e documentais e jurídicas e descontextualizado no tempo e no espaço do ponto de vista territorial, ambiental, social, económico e político. A estas acresce o seu desalinhamento relativamente aos instrumentos estratégicos superiores de referência, de âmbito nacional e regional (de anotar as mudanças operadas no quadro jurídico no âmbito do ordenamento do território nos últimos 5 anos, não apenas impostas pela (nova) LBPPSOTU e RJIGT, já enunciados, mas também pelo DL n.º 141/2014, de 19 de maio, conjugado com Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, que altera o DL n.º 193/95, de 28 de julho (normas de produção de cartografia), pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto (classificação e qualificação dos solos) ou pela Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro) relativa à constituição e funcionamento das Comissões Consultivas. Entre estes, destacam-se outros diplomas legais, que direta ou indiretamente têm reflexos ao nível da política de ordenamento do território ao nível local, como seja, e.g., os relativos às alterações climáticas - a RCM n.º 56/2015 de 30 de julho, que aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPC), o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNPAC) e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), ou a RCM n.º 107/2019, de 1 de julho, que aprova o **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050** -, ou ainda relativa à política florestal, designadamente o DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual conferida pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que cria o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SND FCI), e quadro jurídico e políticas do ordenamento do território e urbanismo, e ao próprio paradigma de desenvolvimento que esteve na base da sua elaboração e que determinou, no essencial, o modelo de ordenamento e o regime de uso do solo que o suporta;

5.Como tal, considerando que está em vigor um PDM sem robustez e versatilidade suficientes para responder às dinâmicas e exigências atuais que o território, a sociedade, a política global e nacional e o ambiente encerram, e que as vicissitudes porque o processo da revisão do PDMVRSa passou não resultaram em avanços substantivos e consequentes, e que, em bom rigor o procedimento está caduco por incumprimento do prazo de execução previsto, e que é inabalável a determinação do Executivo da Câmara Municipal de Vila Real de S.<sup>to</sup> António concretizar definitivamente a revisão do PDM, vê-se de todo essencial relançar de forma enérgica e inspirada um procedimento que conduza a revisão do PDMVRSa de forma linear no tempo e sem sobressaltos técnicos e administrativos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere **dar prosseguimento ao processo da revisão do PDMVRSa**, nos termos do consagrado no n.º 1 e 2 do artigo 76.º do RJIGT, fixando ao mesmo tempo 15 dias úteis de período de **participação preventiva**, cf. o previsto no n.º 1 do artigo 76.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 88.º, e ainda 24 meses de prazo de elaboração prorrogáveis por uma única vez por um período máximo igual ao previamente estabelecido, de acordo com os n.ºs 6 e 7 do artigo 76.º;

6.Determina ainda o artigo 77.º do RJIGT que a deliberação da Câmara Municipal de elaboração do PDM deverá “ser acompanhada de relatório de estado do ordenamento do território a nível local (...)”, ou em alternativa, como se infere do n.º 2 do artigo 202.º (idem), por um “**relatório de avaliação**”. É com este último sentido que se orienta o n.º 3 do artigo 21.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, estabelecendo que “nos processos **em curso**, quando a entidade não disponha de relatório de estado do ordenamento do território a nível local, a deliberação (...) é acompanhada por um **relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal** preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município”. É este relatório que acompanha, em anexo, a Deliberação da Elaboração do PDM para aprovação pela competente Câmara Municipal.





VILAREALSTºANTONIO

## Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

- A. Dar **prosseguimento à revisão do PDMVRS**A, nos termos do consagrado no n.º 1 e 2 do artigo 76.º do RJIGT, fixando em simultâneo **15 dias úteis de período de participação preventiva**, tal como previsto no n.º 1 do artigo 76.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 88.º, e estabelecendo o **prazo de 24 meses** para a elaboração do plano, prorrogáveis por uma única vez por um período máximo igual ao previamente definido, de acordo com o consagrado nos n.ºs 6 e 7 do artigo 76.º;
- B. A deliberação da Câmara deverá ser publicada na 2.ª série do Diário da República, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT e divulgada através da Comunicação Social, num jornal de expansão local e outro de expansão nacional, em edital e no sítio da Internet da Câmara Municipal (cf. n.º 1 e 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), e ainda disponibilizada na plataforma colaborativa de gestão territorial a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 190.º, em articulação com o n.º 4 do mesmo artigo;
- C. Com oportunidade a deliberação deverá ser adendada com o **relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal** preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 21.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro;
- D. Aprovar o **modelo** para o edital de início da participação pública prévia do início da revisão do PDMVRS;
- E. Comunicar à CCDR Algarve o teor da deliberação da Câmara Municipal, segundo o artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, solicitando em simultâneo o agendamento de reunião preparatória;
- F. Atentos ao consagrado no n.º 7 do artigo 89.º do RJIGT, a reunião da Câmara Municipal que respeite à elaboração de um plano municipal deve ser obrigatoriamente pública.

Vila Real de Santo António, 5 de Maio de 2020

A Presidente da Câmara Municipal

Maria da Conceição Cipriano Cabrita